

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO****PROTOCOLO****Gerência das Comissões**  
**Projeto de Lei Ordinária nº 4804/2025****DATA: 19/05/2025****HORA: 12h:40min**

Nº \_\_\_\_/GVMC/2025

"Institui, no âmbito do Município de Porto Velho, a necessidade de oferta de veículos adaptados para pessoas com deficiência nos serviços de transporte por aplicativo, e dá outras providências."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando das atribuições que lhe é conferida no inciso IV, do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

**FAÇO SABER** que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprovou e eu sanciono o seguinte,

**PROJETO DE LEI:**

**Art. 1º** Fica instituída, no âmbito do Município de Porto Velho, a necessidade de que os serviços de transporte individual privado de passageiros por aplicativo ofereçam veículos adaptados para o transporte de pessoas com deficiência física, mobilidade reduzida ou que utilizem cadeira de rodas.

**§1º** Esta Lei será conhecida como Lei Francisco Carlos, em homenagem ao cidadão de reconhecida atuação na defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

**Art. 2º** As empresas que operem serviços de transporte por aplicativo no município deverão disponibilizar, no mínimo, 5% (cinco por cento) de sua frota cadastrada com veículos adaptados e acessíveis às pessoas com deficiência.

**§1º** Os veículos adaptados devem atender às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, em especial a NBR 9050, e demais regulamentações pertinentes à acessibilidade.

**§2º** Os aplicativos deverão permitir a identificação clara e acessível dos veículos adaptados, para que o usuário possa selecionar essa opção no momento da solicitação da corrida.

**§3º** O percentual mínimo previsto neste artigo poderá ser revisto por decreto do Poder Executivo, mediante estudo



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**PORDER LEGISLATIVO**  
**GABINETE VEREADOR MARCOS COMBATE**



técnico que comprove a necessidade de alteração, desde que observado o interesse público.

**Art. 3º** Os motoristas que operarem veículos adaptados deverão receber capacitação específica para o atendimento adequado a pessoas com deficiência, com foco em acessibilidade, empatia e respeito à dignidade da pessoa humana.

**Parágrafo único.** A capacitação referida no caput será oferecida gratuitamente pelas empresas operadoras, podendo ser realizada por meio de parcerias com entidades públicas ou privadas especializadas.

**Art. 4º** O descumprimento desta Lei sujeitará as empresas operadoras às seguintes penalidades, a serem aplicadas pela Secretaria Municipal competente:

- I - Advertência, na primeira autuação;
- II - Multa de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na segunda autuação;
- III - Suspensão do credenciamento municipal ou impedimento de operar no território municipal, em caso de reincidência.

**§1º** Os valores arrecadados com as multas aplicadas com fundamento nesta Lei serão destinados a políticas públicas de inclusão e acessibilidade no transporte urbano.

**§2º** A fiscalização do cumprimento desta Lei caberá à Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes - SEMTRAN, que poderá firmar convênios para aprimorar sua atuação.

**Art. 5º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Porto velho, 19 de maio de 2025.

**Vereador Marcos Combate**  
**Primeiro secretário da CMPV - RO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO**  
Rua Belém, 139 – Embratel, CEP: 76820-734 – contato: 69 9

### **Justificativa**

A presente proposta, denominada **Lei Francisco Carlos**, tem por objetivo promover a inclusão social e garantir o direito à mobilidade de pessoas com deficiência, cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida no município de Porto Velho.

Atualmente, o transporte individual por aplicativo é uma das principais formas de deslocamento urbano, porém, a oferta de veículos adaptados para atender pessoas com necessidades especiais ainda é insuficiente, dificultando seu acesso a um serviço essencial para a locomoção diária, acesso a serviços de saúde, educação, trabalho e lazer.

Essa lei visa assegurar que, no mínimo, 5% da frota cadastrada nas plataformas de transporte por aplicativo seja adaptada conforme as normas técnicas da ABNT, especialmente a NBR 9050, que trata da acessibilidade. Além disso, a capacitação dos motoristas para atendimento adequado aos usuários com deficiência reforça o compromisso com o respeito, a dignidade e a inclusão social.

Ao estabelecer a fiscalização e penalidades para o descumprimento da lei, garantimos a efetividade da norma e o compromisso das empresas com a responsabilidade social.

Porto Velho dará um passo fundamental rumo a uma cidade mais acessível, inclusiva e justa, respeitando o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e assegurando que as pessoas com deficiência possam usufruir dos serviços públicos e privados com autonomia e segurança.

**Vereador Marcos Combate**  
**Primeiro secretário da CMPV - RO**



Assinado por **Antônio Marcos Mourão Figueiredo - Marcos Combate** - Vereador - Em: 19/05/2025, 11:15:25